

Notas

1. No original, *savantes*. N. T.
2. Committee of the Regional Plan of New York and its Environs, *Regional Survey of New York and its Environs, New York: regional plan of New York and its environs*, v. 1, 1929, p. 31:

(...) *The assignment of the land to the various uses seems to the superficial observer to have been made by the Mad Hatter at Alice's tea party. Some of the poorest people live in conveniently located slums on high-priced land(...) A stone's throw from the stock exchange the air is filled with the aroma of roasting coffee; a few hundred feet from Times Square with the stench of slaughter-houses(...) Such a situation outrages one's sense of order. Everything seems misplaced. One yearns to rearrange the hodge-podge and to put things where they belong.*

3. Patrick Geddes, "Civics: as concrete and applied Sociology. Part II", in *Sociological Papers*, vol 2, 1906, p. 95:

(...) *even to recognise, much less treat, the abnormal, we must know something of the normal course of evolution.*

4. Manuel Castells, *La question urbaine*, Paris, François Maspéro, 1972, p. 440.
5. Léon Jaussely, "Avertissement", in Raymond Unwin, *L'étude pratique des plans de ville*, Paris: Librairie Centrale des Beaux Arts, 1922, p. III.
6. Committee of the Regional Plan of New York, *Regional Survey*, v. 1, p 18:

(...) *the area of New York and its environs may be linkened to the floor space of a factory. Regional planning designates the best use of this floor space - the proper adjustment of areas to uses.*

7. Jacob Riis, citado por Albion F. Bacon, *What bad housing means to the community*, Department of Social and Public Service, Social Service Bulletin n° 13. Boston: American Utilitarian Association, 1910, p. 12:

You can't let people live like pigs and expects them to make good citizens.

8. Jack London, 1903, *The people of the Abyss*, New York, Macmillan. Charles Booth, *Labour and life of the people of London*, London, vol. 1, 1989, pp. 94-105.
9. Henry Sellier, "Les aspects nouveaux du probleme de l'habitation dans les agglomérations urbaines", *La vie urbaine*, n° 15, avril 1923, p 86.
10. Ele observa, a respeito da vila de Cradock, Virginia: "it does represent the type of organized community which can be established, in contrast with the indefinite extension of the typical suburb" (Arthur C. Comey, Max S. Wehrly, "Planned Communities", in *National Resources Comittee, Urbanism Comittee, Supplementary Report*, vol. 2, *Urban Planning and Land Policies*, Washington, D. C., 1939, p. 61).
11. No original, *enqueteur de terrain*. N. T.
12. Claude Levi-Strauss, *Tristes trópicos*, Paris, Plon, 1955, reédition 10-18, 1962, p. 346-347.

Grupo 2

ESPAÇO E DEBATES, n° 34, 1991.

As maquinarias inglesas do conforto*

François Beguin

Tradução: Jorge Hajime Oseki

Revisão: Suzana Pasternak

As grandes pesquisas de 1840-1850

Entre 1840 e 1845, duas grandes pesquisas foram efetuadas na Inglaterra pela administração pública sobre o que chamariamos hoje o habitat.¹ Denominação sem dúvida mal escolhida já que o interesse dessas pesquisas é justamente mostrar como o habitat se constituiu, administrativa e tecnicamente, como um novo domínio de intervenção política. É, portanto, somente a *posteriori* que podemos encontrar nessas pesquisas os primeiros desenvolvimentos de uma política do habitat e isto porque as questões que foram abordadas e o tratamento que lhes foi imposto caracterizam bem o que hoje, para nós, englobaria uma política do habitat.

Bem decepcionantes para quem procurava grandes visões arquitetônicas da habitação, estas pesquisas referem-se mais à doença e à delinqüência, à água, ao ar, à luz e aos esgotos, às formas físicas através das quais os fluidos e as práticas poderão ser canalizados e regulados; mas também o que custa tratá-los, assisti-los ou reprimi-los e o que custaria reduzir estas despesas agindo sobre a série de componentes físicos que constituem o ambiente do pobre.

Nada de grandes programas arquitetônicos portanto - nesta época o habitat interessava pouco aos arquitetos -, mas uma gigantesca empreitada² que visava a reduzir o ambiente a dados técnicos cuja incidência sobre o comportamento e a doença fosse estabelecida estatisticamente, calculada em seus efeitos e comparada sempre a este outro modo de funcionamento do ambiente possibilitado pelos mais recentes progressos tecnológicos e pela redis-

tribuição dos poderes no seio do empreendimento³ urbano.

De fato, se a arquitetura aparece como um componente importante destes programas de higiene e de salubridade, esta sempre é reduzida às aptidões físicas das formas utilizadas na habitação e dos efeitos produzidos por estas formas sobre os fluidos ou sobre um modo de distribuição de pessoas e serviços. Efeitos cuja particularidade é serem eles próprios subordinados a outros órgãos de maquinaria urbana - os esgotos, o aparelho de distribuição de água -, e estarem assim intimamente ligados às características ambientais do objeto arquitetônico.

Entre estes aparelhos e estes espaços, uma continuidade foi estabelecida, o que faz com que o habitat seja alguma coisa bem diferente da construção de habitações e bem próximo de uma série de normas técnicas que definem as condições gerais de habitabilidade. Não procuremos portanto nestas pesquisas um grande discurso sobre a espacialidade, tentemos antes ver como nelas novos saberes, novos aparelhos e novos atores definem um novo regime para o ambiente do pobre a partir dos componentes mais materiais deste ambiente. Não vamos nos decepcionar se não encontrarmos uma grande visão da cidade ou da casa e se, ao invés, pudermos ver como categorias médicas, econômicas e a aritmética reduzem a cidade e a casa a dados puramente técnicos, a números.

O preço do desconforto

A montante destas investigações, uma multidão de pesquisas pontuais realizadas a partir do

* *Este artigo (publicado na revista Recherches n° 29, dez 1977, dedicada ao tema "O fôlego dos subúrbios - cidade, habitat e saúde no século XIX"*, textos reunidos por Lion Murard e Patrick Zylberman) é uma nova versão reduzida da contribuição de F. Beguin a um estudo realizado, graças ao concurso do Comitê pela Pesquisa e o Desenvolvimento em Arquitetura (DGRST - CORDA), entre setembro de 1975 e maio de 1977, por J. M. Alliaume, B. Barret-Kriegel, F. Beguin, D. Rancière, A. Thalamy, sob a direção de M. Foucault, e publicado sob o título *Políticas do habitat (1800-1850)*, Corda, 1977.

fim do século XVIII sobre cidades e bairros evidenciam já o caráter vicioso de certos ambientes. A isto se somam as numerosas informações recolhidas graças ao esquadrinhamento das populações pelos diferentes aparelhos de assistência e seguridade social a partir dos quais se afirmam cada vez mais claramente as relações entre a pobreza, a falta de higiene e a doença, entre o desconforto e as formas diversas de ilegalidade e de imoralidade.

Se a grande pesquisa dirigida por Chadwick confirma a relação entre insalubridade e as más condições de habitação e uma taxa de mortalidade elevada, uma baixa esperança de vida e a doença, sua originalidade repousa na atenção dedicada ao custo econômico e social do desconforto. "... Os fatos demonstram a importância política e moral destas considerações, a saber: que os ambientes físicos insalubres deterioram a saúde e o estado físico da população; que, por isso mesmo, eles agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral; que diminuindo a esperança de vida da população operária adulta, eles interrompem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade; que eles substituem uma população que acumula e conserva a instrução, que melhora constantemente, por uma população que é jovem, ignorante, crédula, apaixonada e perigosa, como resultado de sua inclinação permanente à degradação física e moral".⁴

Custo econômico que é traduzido tanto igualmente pelo cálculo das jornadas de trabalho perdidas por causa de doenças como pelas despesas das instituições,⁵ pelas cifras que medem o que custa à sociedade cuidar das viúvas e dos órfãos. Sir James Mc Grigor, o diretor do Serviço Médico do Exército, comparando os méritos respectivos dos recrutas originários das cidades e do campo, estabelecerá um balanço amplamente positivo em favor dos últimos e sublinhará a pouca resistência e a inferioridade física e moral dos soldados recrutados nas cidades.⁶

O custo social do desconforto, sobre o qual insistirão as pesquisas posteriores, é a desagregação das famílias, a dissolução da "humanidade",⁷ o desenvolvimento de hábitos e tendências anti-sociais. "A influência imoral da sujeira e do desconforto nunca foi suficientemente levada em consideração. Esta influência é anti-social no mais alto grau, o estado miserável de sua casa é uma das causas essenciais que conduz um homem a gastar seu

dinheiro em prazeres egoístas: ele entra em casa esgotado, aspira à tranqüilidade, tem necessidade de repousar: a sujeira, a miséria, o desconforto sob todas as formas o cercam, ele só deseja então ir embora, se puder".⁸

O que diferencia claramente estas pesquisas daquelas realizadas na França no final do século XVIII, no âmbito da Sociedade Real de Medicina, é este perpétuo vaivém entre a descrição de ambientes físicos viciosos e os próprios efeitos corporais que têm uma incidência sobre diversas engrenagens da economia social. De um lado, o que produz ou favorece a doença, a imoralidade e a ilegalidade, de outro, os efeitos destas condutas sobre o equilíbrio familiar, o trabalho, os sistemas de assistência ou repressão, o exército.

Com relação às descrições médicas anteriores, uma outra diferença que pode ser notada é a redução do ambiente a seus componentes mais técnicos: os esgotos, o sistema de drenagem, o modo de limpar as ruas e coletar o lixo, a distribuição da água, as falhas arquitetônicas. "Em cada bairro onde a febre reaparece freqüentemente e se propaga, encontramos regularmente um mau sistema de drenagem e água em quantidade insuficiente, poucos varredores, um grande acúmulo de sujeira; e eu observei isto com tal regularidade que habituei-me a apresentar os fatos desta maneira. Se desenharmos um mapa dos locais atingidos pela febre e compararmos este mapa com o da Comissão encarregada dos esgotos, descobriremos que onde os esgotos não passaram, a doença se espalhou bastante, inversamente, onde eles passaram, a doença é comparativamente quase ausente".⁹

Se o custo da doença pode ser enunciado em termos cada vez mais concretos e mensuráveis, a própria saúde torna-se um problema técnico que podemos controlar com a ajuda de engenheiros e artefatos sanitários.

No horizonte destas pesquisas, uma vontade de atacar as causas e não os efeitos, a idéia de que é melhor prevenir do que curar ou reprimir, e a certeza de que os investimentos que poderão ser realizados para melhorar a salubridade e desenvolver a higiene serão fartamente recuperados por outro lado, sob a forma de um ganho em saúde e uma aptidão melhor ao trabalho. "Ao invés de novos impostos destinados a melhorar as condições de habitação, o sistema de esgotos e a salubridade das casas podem ser considerados como meios que permitem reduzir os custos elevados

devidos atualmente à própria doença e suas conseqüências imediatas: interrupção do trabalho e perda do salário".¹⁰ No *First report* (Primeiro relatório), vários quadros comparativos dão forma a esta idéia bem concreta colocando frente a frente o cálculo das despesas ocasionadas direta e indiretamente pela doença e as despesas de instalação e funcionamento do aparelho de salubridade.¹¹

O habitat: um novo regime da economia urbana e doméstica

Uma vez passadas, cidades e casas, pelo crivo dos números, pouco resta. E no entanto, se devêssemos definir o que torna possível uma política do habitat, sem dúvida seria necessário começarmos por levar em conta o próprio fato de ser possível efetivar uma tal redução. Por conseqüência, é necessário levar em consideração operações teóricas que permitam relacionar, cada vez com maior precisão, as doenças de insalubridade e certas formas de transgressão a alguns fatores técnicos implicados na economia doméstica dos pobres; levar em consideração também operações que permitam calcular o custo econômico e social do desconforto e operações que estabeleçam uma relação positiva em favor da prevenção. É preciso não esquecer as lições que Chadwick e outros souberam tirar da experiência sanitária conduzida por muito tempo no exército.¹² Mas o essencial seria a própria possibilidade que se abre a partir de então, ao Estado, de reverter uma tendência patológica e moral, acentuando seu controle sobre os aparelhos da salubridade e da higiene para domesticar os efeitos e modificar assim as normas de funcionamento da casa.

De modo que se o habitat não diz respeito em primeiro lugar à construção de casas, domínio que há muito tempo caía sob a esfera legislativa, é porque o habitat diz respeito mais ao modo pelo qual quer-se fazer funcionar a casa, os aparelhos, as competências e as fontes de financiamento que esta empreitada deverá mobilizar.

Para situar esta tarefa, é preciso recuar um pouco. Porque se, de um lado, estas pesquisas podem ser vistas como o ponto de partida para uma política do habitat, por outro, pode-se também considerá-las como um marco do momento histórico onde convergem processos mais amplos de redistribuição e reorganização

dos serviços que asseguram o funcionamento de uma cidade, sem os quais ela não existiria.

Este movimento, podemos examiná-lo em vários níveis: considerando sua dimensão técnica, isto é, examinando sobre quais mecanismos¹³ ou quase-mecanismos se apoiou a empreitada sanitária e de higiene e quais foram as conseqüências da introdução deste aparelho sobre as normas de habitabilidade e a concepção de conjunto do espaço urbano; considerando sua dimensão política já que a instalação deste aparelho supunha uma transferência sensível de responsabilidade no seio do empreendimento urbano e que esta instalação era, enquanto tal, uma condição necessária da reforma da economia doméstica pretendida pelos poderes públicos.

Novos aparelhos para fazer funcionar a casa

Se o século XVIII havia reconhecido a existência de uma patologia urbana, o que caracteriza o começo do século XIX é um desenvolvimento sem precedentes dos meios técnicos que vão permitir frear as doenças da insalubridade. Parent Duchatelet notava, em 1824, a propósito dos novos esgotos construídos em Paris e considerados por ele como os monumentos mais úteis, "como é pequeno o número de pessoas que refletem um pouco sobre as conseqüências de tal obra! Porque esta obra escapa aos nossos olhos, ignoramos por que nossa saúde se conserva, como o ar que nos cerca é respirável, por que milagre uma região que era há pouco um charco infecto se encontra coberta de palácios e de magníficos tetos, porque a causa de todos estes benefícios está escondida sob a terra; não pensamos também nos infelizes que dedicaram suas vidas a essas obras, porque não os vemos, porque não temos com eles nenhuma relação...; enquanto que com relação às fossas de nossas habitações, nós sentimos melhor do que ninguém tanto os inconvenientes como as vantagens".

As idéias implícitas na organização salubre da casa e de seu entorno são simples e, para alguns, conhecidas há muito tempo - drenar a água estagnada responsável pela umidade das habitações, distribuir água pura a domicílio e organizar a evacuação das águas servidas, tornar mais eficazes os métodos de limpeza de ruas e coleta do lixo, garantir uma circulação tão livre quanto possível do ar e da luz. O que faz a originalidade das concepções

privada separa-se portanto da esfera do trabalho e da troca; dessa dissociação resulta a sociedade civil, espaço público concebido como apolítico, diferente do Estado e que, ao tornar possível o debate sobre as regras, permite o controle da autoridade estatal.

Segundo Habermas, o surgimento da sociedade civil foi o resultado de um longo e complicado processo que, no final do século XVII, e principalmente no século XVIII, foi construindo, longe da corte, espaços de convivência pública onde não prevaleciam as regras da etiqueta ou hierarquia social. Esses espaços, preponderantemente literários - os salões e os cafés de grande centros urbanos como Paris e Londres - congregavam pessoas das mais diversas formações e origem que ali podiam, a partir de seus conhecimentos, exercer suas habilidades críticas e de argumentação. No circuito dos salões, os poderes públicos do Estado estavam suspensos: somente a autoridade dos argumentos podia prevalecer. Essa possibilidade de exercício do que Habermas chama de "opinião pública", gerou as condições para a emergência da noção de uma esfera pública destacada do Estado.

O final do século XIX testemunha a degeneração da esfera pública burguesa. Com a difusão da leitura e do ensino gratuito e a democratização do voto, as massas começam a ter acesso à opinião pública. A esfera pública, que antes permitia a unificação de pessoas privadas em um público politicamente raciocinante, se torna objeto de intervenção socio-psicológica sobre uma massa amorfa e manipulável. Esse é o mesmo processo que transforma o Estado liberal em Estado do bem-estar. Posto que esta nova forma de Estado se caracteriza pela intervenção crescente na estrutura econômica, os modos de construção de sua

legitimidade dependem menos do exercício da opinião pública, fundamento da legitimidade do Estado liberal, do que de sua eficiência burocrática. Nesse movimento, em que a linha de separação do público e do privado esmaece, em que o Estado compenetra-se cada vez mais na sociedade, a esfera pública perde sua fundamentação. A opinião pública, que no início tinha uma função crítica com relação ao poder, é refuncionalizada para canalizar o assentimento. O público despolitiza-se e reduz-se a uma massa consumidora; o interesse público se transforma em interesse corporativo; o poder torna-se eficácia técnica e a sociedade fica submetida à crescente administração. Desaparece a esfera pública liberal organizada pela argumentação: a opinião pública de outrora dissolve-se em comportamentos a serem identificados (administrados e manipulados) pelas pesquisas de opinião.

Segundo Habermas, o Estado, nesta fase atual do capitalismo tardio, já não consegue mais recorrer às formas de legitimação habituais, nem mesmo à ciência ou à técnica. Em sua teoria da ação comunicativa ele procura resgatar as potencialidades democráticas da argumentação racional e pensar as condições de seu exercício numa sociedade de massas¹².

12. ver Jürgen Habermas: *Legitimation crisis*, Boston, Beacon Press, 1975; *Para a reconstrução do materialismo histórico*, São Paulo, Brasiliense, 1983; "Técnica e Ciência enquanto ideologia", *Os Pensadores*, São Paulo, Ed. Abril, 1975; "A nova transparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas", *Novos Estudos CEBRAP*, setembro 1987, nº18; *Mudança estrutural da esfera pública*, RJ., Tempo Brasileiro, 1984; *The theory of communication action*, Boston, Beacon Press, 1984; "Comunicação, Opinião Pública e Poder, *Comunicação e Indústria*

A CRISE DA SUBJETIVIDADE

A desagregação do espaço público traz consigo a crise da subjetividade e da experiência. Como vimos acima, a construção da esfera pública, fora concomitante à emergência da noção de esfera privada, espaço da família e do exercício da subjetividade. O desequilíbrio entre essas duas esferas que caracteriza nossa sociedade, aniquila a arena pública e esvazia a vida privada de seu sentido moral.

Richard Sennett é um dos autores que melhor descreve esse processo de desintegração da sociabilidade clássica em que o "Eu-interior" permanecia separado de sua aparência pública¹³. Segundo ele, o espaço público do século XVIII organizava-se em torno da noção de "civildade", forma de distância social ritualizada em que cada um conhecia o seu papel. A máscara constituía-se portanto na essência da civildade; ela permitia a sociabilidade pura, destacada das circunstâncias de poder e sentimentos privados. O século XIX ao contrário, ao exaltar, em nome da autenticidade, a expressão pública do Ego, promoveu a esfera pública como o lugar de expressão da personalidade individual. Essa mutação, que o autor define como o declínio do homem público, ao estimular uma visão intimista da sociedade, leva ao desequilíbrio entre a esfera pública e a privada. Esse desequilíbrio tem como consequência, o esvaziamento do espaço público por um lado, já que ele deixa de ser a expressão de uma vontade coletiva, e o empobrecimento

Cultural, Gabriel Cohn (org.), São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975, 2ª edição.

Sérgio Rouanet e Barbara Freitag, *Habermas*, São Paulo, Atica, 1980.

13. Richard Sennett: *O declínio do Homem público*, São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

da vida íntima por outro, posto que a privacidade perde seu sentido moral e torna-se o lugar da permuta incessante e narcísica de revelações do Ego.

Ao contrário de Sennett, que denuncia a atrofia do espaço público resultante da projeção sobre ele da subjetividade individual, Christopher Lasch enfatiza a invasão do privado pela esfera pública. Para este autor, o culto da intimidade origina-se, não da afirmação da personalidade na esfera pública como queria Sennett, mas do próprio colapso do domínio do privado. Segundo ele, o crescimento das corporações e do Estado burocrático, penetrou de tal forma na vida privada que erodiu as bases de sua auto-confiança. O Ego vê-se portanto confrontado com uma situação limite, em que para restabelecer o equilíbrio psíquico anterior, procura a gratificação imediata dos impulsos. Este "eu sobrevivente" como o qualifica Lasch, restringe-se a uma eterna afirmação vazia de sua individualidade, em prejuízo de qualquer tipo de ação social¹⁴.

A CRISE DA RAZÃO

A crise da razão é um dos temas centrais da reflexão sobre o declínio da modernidade. Embora seja uma questão muito vasta e complexa, parece-nos possível abordá-la centrando-nos em apenas duas dimensões do problema: a) o desenvolvimento da razão como nova forma de poder; b) o colapso de conceitos fundamentais para o exercício da razão, tais como o de totalidade e verdade.

O primeiro problema diz respeito ao declínio da utopia do século XIX que acreditava numa razão

14. Christopher Lasch: *O mínimo eu. Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*, São Paulo, Brasiliense, 1969.

triumfante e onipotente no seu domínio da natureza. O desenvolvimento tecnológico que a razão tornou possível, ao invés de promover o sonho da emancipação humana, acabou voltando-se contra o próprio homem.

Para Max Horkheimer e Theodor Adorno, o desenvolvimento tecnológico de nossa sociedade conquistou tanto poder que sua racionalidade tornou-se a racionalidade da dominação. Embora eles não afirmem que essa seja uma característica intrínseca da expansão técnica, essa é de qualquer modo, a função que lhe foi dada nas economias contemporâneas¹⁵. O saber, cuja essência é a técnica, promove a calculabilidade e utilidade, as quais permitem o controle do comportamento social.

Caminhando na mesma linha de reflexão, Herbert Marcuse observa que a racionalidade inerente ao pensamento científico, deslizou para o mundo social e se tornou irreconhecível politicamente como forma de dominação. Na verdade, o pensamento crítico torna-se cada vez mais difícil neste tipo de sociedade posto que a dominação é constantemente legitimada pelos êxitos do sistema técnico-científico: ao expandir a produtividade, o sistema aumenta também o conforto e as possibilidades de consumo¹⁶.

Numa segunda dimensão, que diz respeito não tanto à organização propriamente dita da sociedade mas à possibilidade de explicar a vida social, a crise da razão se expressa no debate em

torno de seus pressupostos teóricos. Novamente estamos aqui diante de um tema por demais complexo para que possamos tratá-lo sem reducionismo. Prefiro portanto restringir-me ao debate que ora ocupa a ciência a que me dedico, a Antropologia.

Inspirados em autores tais como Jean-François Lyotard e Jean Baudrillard, antropólogos americanos vêm formulando uma crítica sistemática aos pressupostos que até hoje, fundamentam o pensamento antropológico.

Para Lyotard, a ciência sofre hoje uma crise de legitimidade. Ao contrapor-se ao senso comum, a ciência suprimiu para si a principal forma através da qual as coletividades sempre se legitimaram: a narrativa. No entanto, apesar de ter freqüentemente associado a narrativa à ignorância, preconceito, superstição e ideologia, no fundo, para dar-se legitimidade e objetivos, a ciência sempre volta a essa forma legitimadora de discurso (a grande narrativa da emancipação da sociedade e do homem).

O principal problema referente a esse fundamento ideológico da ciência, não é a narrativa em si, mas o fato que no mundo pós 2a. Guerra as narrativas emancipadores perderam sua capacidade de legitimar o trabalho científico. A ciência descobre pois, os limites de seus pressupostos e procedimentos. Nesse contexto, seu poder organizativo declina e o pensamento científico fragmenta-se em um sem número de especialidades que desenvolvem suas próprias linguagens-código. Nenhuma dessas linguagens recorre mais à princípios externos de autoridade, a finalidade da ciência deixa de ser pois, a verdade para tornar-se a performance, isto é, o desempenho global do próprio sistema científico enquanto tal. Na visão lyotardiana, a ciência tenderia, portanto, para um anarquismo epistemológico onde

15. Max Horkheimer e Theodor Adorno: *Dialética del Iluminismo*, Buenos Aires, Sur, 1970.

16. Herbert Marcuse: "L'idé de progrès à la lumière de la psychanalyse", *Freudo-marxisme et sociologie de l'aliénation*, Paris, Anthropos; "Técnica e Ciência enquanto Ideologia", col. *Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1974.

múltiplas e incompatíveis "pequenas narrativas" - experimentos descomprometidos com toda interpretação totalizante - florescem sem qualquer consenso¹⁷. Os mais recentes desenvolvimentos da "Antropologia interpretativa" apontam, como veremos no próximo capítulo, na mesma direção.

A reflexão de Baudrillard desenvolve-se em torno da idéia de "simulacro". Para ele não há mais distância entre o modelo e a realidade. Não se trata aqui de uma projeção do modelo sobre o real, mas de um fantástico curto-circuito que transfigura o real no seu próprio modelo: o real é hiperrealizado, isto é, suprimido pela força de seu próprio modelo. Para este autor, a ciência é cúmplice desse processo já que a teoria é o próprio instrumento do simulacro¹⁸.

Como se pode ver, para estes autores, o que está em jogo é a perda da capacidade explicativa das ciências humanas pelo colapso da distinção entre a teoria e seu objeto. Essa é também a discussão que orienta o trabalho de uma corrente da Antropologia contemporânea: para autores como Clifford Geertz, Paul Rabinow e George Marcus, a Antropologia estaria sujeita hoje a uma "crise de representação", isto é, teria perdido a confiança em seus instrumentos de descrição da realidade. O próprio autor, presente até então na sua obra como soberano e único

17. Jean-François Lyotard: *Le postmoderne expliqué aux enfants*, (Correspondance 1982-1985), Paris, Ed. Galilée, 1986; *La condition postmoderne*, Paris, Les Éditions Minuit, 1979; ver também Steven Connor: *Postmodernist culture, an introduction to theories of the contemporary*, Oxford, Basil Blackwell, 1989.

18. Jean Baudrillard: *Simulacres et simulation*, Paris, Galilé, 1981; *A l'ombre des majorités silencieuses*, Paris, Denël, 1983.

intérprete de seus dados, passa a ser questionado na sua capacidade de compreender as culturas que descreve¹⁹. Como resultado disso, a Antropologia abandona sua interpretações totalizantes e radicaliza seu relativismo cultural. O saber etnográfico passa a ser o resultado de um *saber negociado*, onde pesquisador e pesquisado articulam ou confrontam seus respectivos horizontes²⁰.

O PÓS-MODERNISMO

O problema de se falar em modernidade e pós-modernidade no campo artístico está na dificuldade de estabelecer uma correspondência efetiva entre as transformações econômicas, sociais e políticas de um lado, e as rupturas estéticas de outro. Além disso, o modernismo na arte nunca foi monolítico. Incorporou ao mesmo tempo a euforia modernizadora do futurismo e as críticas do anti-capitalismo romântico. Finalmente, não há consenso quanto ao significado do pós-modernismo. Segundo Nicolau Sevchenko "os americanos em geral o consideram como uma mera correspondência na área cultural do advento da tecnologia pós-industrial, baseadas nos recursos da cibernética e informática. Outros autores o entendem como uma crítica voltada à negação

19. James Clifford and George Marcus: *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1986; George Marcus and Michael Fischer: *Anthropology as cultural critique, an experimental moment in the Human Sciences*, Chicago, University of Chicago Press, 1986; Clifford Geertz: *Works and Lives, the anthropologist as author*, California, Stanford University Press, 1988.

20. Roberto Cardoso de Oliveira: "A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da Antropologia", *Pós-Modernidade*, Campinas, Unicamp, 1990, 3ª Ed.

total das vanguardas, que exalta o período anterior ao modernismo e se inclina para um retorno às fontes da história e do passado. Outros ainda o denunciam como uma mera pasteurização dos cacoeiros das vanguardas, sem vitalidade e sem compromissos²¹. No entanto, o debate em torno do pós-modernismo na arte, que se inaugura na década de sessenta nos Estados Unidos, além de popularizar a noção de "pós-modernidade", expressou de modo mais visível, e antes mesmo de sua formulação teórica pelos pensadores europeus da década de setenta, a inadequação e sobretudo a exaustão das utopias modernistas no mundo contemporâneo.

Para Andreas Huyssen o pós-modernismo não tem um conteúdo próprio e só pode ser definido enquanto uma reação ao modernismo. Para compreendê-lo é necessário portanto, conhecer essa relação problemática que o pós-modernismo mantém com a tradição modernista²².

Segundo este autor, a utopia moderna está ligada ao esforço heróico que foi necessário dispendido para reconstruir uma Europa devastada pela Primeira Guerra. A arquitetura, embalsamada no mito da modernização, foi a arte que melhor expressou então o espírito da época. A estética anti-sensuosa e cartesiana de um Le Corbusier por exemplo, propunha uma arquitetura funcional e higienizada. As casas pré-fabricadas da Bauhaus²³

21. Nicolau Seycenko: "O enigma pós-moderno", *Pós-modernidade*, Campinas, Uscamp, 1990, 3ª edição.

22. Andreas Huyssen: "Guia del Post Modernismo", *New German Critique*, n° 33, 1984.

23. Escola de arquitetura e artes aplicadas, fundada em 1919 em Weimar na Alemanha por Walter Gropius e transferida, de 1925 a 1932, para Dessau.

procuravam adequar a idéia de igualdade social à racionalidade técnica da produção em série. O uso do vidro generaliza-se, encarnando uma valorização da transparência, da pureza do espaço, da busca de uma ordem abstrata e universal.

Nesse contexto a máquina passa a ser vista como instrumento emancipador do homem ao ampliar seu domínio sobre a natureza e a sua racionalidade. Segundo Eduardo Subirats²⁴, o maquinismo desempenhou na cultura moderna papel cultural equivalente ao que o romantismo outorgara ao gênio como potência ordenadora da natureza. O modelo da máquina transcende a esfera da produção e estende-se à compreensão do homem e da sociedade. Para as vanguardas artísticas do século XX, o maquinismo toma a forma de um valor cultural universal e sintetiza a utopia de uma época, em que a arte, a técnica e a vida fundiriam-se numa unidade revitalizadora.

A partir da Segunda Guerra Mundial começa a haver um certo consenso de que as potencialidades criativas da modernidade enquanto processo social e movimento estético haviam-se esgotado. Segundo Subirats, o surgimento das estéticas fascistas, ao se apropriarem da racionalidade e do maquinismo a serviço de um poder instrumental, esvaziaram a utopia modernista. Por outro lado, a racionalização das formas empobreceram a arte: ao fazer desaparecer os adornos na arquitetura, as linhas tornam-se frias, impessoais; o vidro liquidou a possibilidade da intimidade, é a-temporal pois não deixa marcas, impedindo, na interpretação de Walter Benjamin, o depósito da memória; o retrato cubista fez desaparecer da arte moderna a

24. Eduardo Subirats: *Da vanguarda ao pós-moderno*,

dimensão da subjetividade ao transformar o rosto humano num discurso lógico sobre cor e composição.

O protesto do pós-modernismo se faz portanto contra a indiferença do modernismo frente aos valores individuais, frente à experiência. É portanto um movimento que emerge em contraposição ao modernismo, censurando-lhe a perda de sua capacidade crítica e sua institucionalização enquanto arte²⁵.

Segundo Frederic Jameson, o pós-modernismo estético, expressa a nova ordem social emergente, pelo pastiche e pela esquizofrenia, ambos estilos que configuram uma nova experiência do tempo e do espaço²⁶.

O pastiche representa o único caminho deixado pelo esgotamento do estilo: não há mais o que inventar, trata-se apenas de combinar versões mortas. Para Subirats o pastiche -essa

reprodução esquematizada de elementos estilísticos do passado retirados de seu contexto-põe em evidência o empobrecimento da vida e o vazio cultural. Ele representa uma renúncia da arte a articular um projeto para o futuro.

A esquizofrenia, conceito desenvolvido por Jacques Lacan, é a linguagem da desordem. No modelo laciano, ela emerge da incapacidade de aceder ao reino da linguagem. Essa incapacidade leva à uma experiência temporal destituída de passado e de futuro: na esquizofrenia o indivíduo está condenado a viver num perpétuo presente. Segundo Jameson, na metáfora pós-moderna a esquizofrenia expressa essa mesma relação presenteísta com o tempo. A estética pós-moderna, mistura randomicamente formas do passado retiradas de seu contexto cultural de origem. Em nome do resgate das tradições e da memória local abandonada pelos modernistas, a arquitetura pós-moderna, conjuga ecléticamente numa mesma obra pirâmides egípcias e catedrais góticas. No entanto essa desterritorialização dos elementos arquitetônicos ao estilo dos antropólogos de gabinete do século XIX leva, paradoxalmente, à anulação do tempo e da história que pretendiam resgatar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como esse debate em torno da modernidade e sua crise interessa àqueles que procuram compreender a sociedade brasileira?

Se a questão da modernidade já é nela mesmo bastante complexa, ela se complica no caso brasileiro uma vez que estamos vivendo a crise da modernidade sem que ela tenha, na verdade, se implantado inteira e extensamente no país. Por um lado, pode-se dizer que a modernidade já se instalou no Brasil como modernização

25. É difícil tomar partido nesse debate que opõe aqueles que louvam o pós-modernismo como a superação do elitismo modernista e a reintegração da arte na experiência, e os que o criticam como sendo porta-vozes de uma pseudo-vanguarda. Nos parece que as inquietações pós-modernas são expressão de um conjunto de questões pertinentes ao momento de transição em que vivemos, embora suas "soluções" de estilo fiquem muitas vezes aquém dos problemas que levantam. Num trabalho recente que analisa a arquitetura pós-moderna Renato Ortiz mostra que é na verdade o conformismo a atitude que melhor caracteriza esse movimento artístico. Embora pretendam opor-se ao modernismo, eles acabam reafirmando, de maneira mais radical, a institucionalização da arte, a negação da história e a instrumentalização da arte pelo poder. Ver "Reflexões sobre a Pós-Modernidade: o exemplo da arquitetura", mimeo, 1992.

26. Frederic Jameson: "Postmodernism and Consumer Society", *Postmodern Culture*, London, Hal Foster ed., 1985.

da produção e da gestão (em particular a partir dos anos 70), e também como experiência. Por outro, permanecem esferas inteiras da sociedade que ainda não emergiram para a modernidade. Essa contradição traz consigo conseqüências que nos parece importante apontar suscintamente.

Do ponto de vista da cultura temos que o modernismo no Brasil, ao invés de ser expressão de um desenvolvimento efetivo das forças produtivas, é um pensamento que se desenvolve no bojo de um projeto de modernização. Como bem observa Renato Ortiz, o modernismo da década de vinte exaltava o automóvel e o avião num momento em que a população andava de bonde²⁷. Hoje, ao contrário, o modernismo já tem seus críticos nos setores mais dinâmicos da sociedade sem ter conseguido espalhar-se para a sociedade como um todo eliminando a pobreza. O modernismo acabou por tornar-se uma ideologia de justificação da clivagem existente em nossa sociedade entre o tradicional e o moderno, em que o primeiro termo perde em legitimidade para o segundo. O moderno é o novo, é o eficaz e portanto, necessariamente, o superior.

Ora, essa adesão acrítica aos valores modernistas leva sorrateiramente à uma despolitização da cultura: a rentabilidade torna-se o metro a partir do qual se mede a qualidade da cultura que perde sua função de oposição para tornar-se um item a mais no cardápio do consumo.

Do ponto de vista do político, experimentamos também a dupla contradição da permanência do tradicional e a crise do moderno. Segundo Sérgio Paulo Rouanet, a sociedade brasileira vive, no plano político, dois mundos do silêncio. Há o

27. Renato Ortiz: *A moderna tradição brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1989, 2ª ed.

silêncio pré-moderno, em que as pessoas ainda não emergiram para a esfera que torna possível a cidadania, a esfera plena e plural da linguagem e da ação comunicativa. Mas há também o silêncio sistêmico, onde a racionalidade comunicativa se perde nos labirintos da economia tecnocrática²⁸.

Seria interessante avaliar o modo como o campo religioso brasileiro - tema ao qual venho dedicando a maior parte de minhas pesquisas - é afetado por essas transformações. Embora um balanço geral ainda seja prematuro (mas está seguramente nos meus planos futuros de pesquisa) é possível dizer que por um lado, o desenvolvimento tecnológico afetou profundamente a natureza da experiência religiosa do homem urbano das grandes metrópoles brasileiras. A racionalidade burocrática expandiu-se secularizando mais intensamente a vida urbana. Nesse contexto, como procurei mostrar em trabalho anterior, a esfera da religião foi incorporada à lógica do mercado fazendo da conversão um resultado do marketing religioso²⁹. Por outro, os meios de comunicação acabaram por tornar-se, mal ou bem, um canal de democratização da cultura. Assim, temos uma realidade na qual a expansão dos meios de comunicação amplia o espectro de informação da população e sua consciência dos problemas inerentes à vida social, mas na qual, ao mesmo tempo, não se desenvolveu de forma equivalente a estruturação de um espaço público

28. Entrevista com Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet, *Folha de São Paulo*, 1º de agosto de 1987, Folhetim nº 549.

29. Ralph Della Cava e Paula Montero: *... E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1991.

democrático. Essa combinação contraditória entre maior informação e afasia política, geram o que eu chamaria de uma certa "tensão comunicativa", em que a necessidade de produção de significados migra para outros canais expressivos não bloqueados. No meu entender, as religiões parecem constituir-se no Brasil num um espaço privilegiado onde as pessoas e os grupos exercem as potencialidades comunicativas que se multiplicam com a expansão da informação. A Igreja Católica preencheu explicitamente esse papel nos anos setenta, num momento de fechamento do universo de locução política³⁰. Hoje, a fragilidade da nossa cidadania, associada à diversidade das escolhas possíveis no nosso espectro religioso, torna a meu ver o campo das religiões populares num espaço de construção de um certo consenso. Como bem mostra o trabalho de Carlos James dos Santos, a pluralidade religiosa faz com que as pessoas estejam submetidas a um conflito permanente de interpretação quanto ao que ocorre nas suas experiências cotidianas. Em conseqüência disso, desenvolvem procedimentos variados - que vão da interpretação dos sonhos à avaliação das relações de vizinhança - para redefinir suas certezas nas crenças. A escolha religiosa depende portanto de um complexo sistema argumentativo no qual o acesso a linguagem é fundamental³¹. Assim, é possível afirmar talvez (ainda é preciso demonstrá-lo) que o campo religioso brasileiro tornou-se o lugar do

30. idem.

31. Carlos James dos Santos: *A hora de Deus: um estudo antropológico do imaginário religioso popular na baixada fluminense*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

exercício de uma prática argumentativa, onde parte da população brasileira recupera sua capacidade de produzir significações a respeito do espectro de problemas com que se confronta cotidianamente.

Vemos portanto que no Brasil o pré-moderno, a modernidade e até mesmo sua crise, convivem. Lévi-Strauss procurou entender essa peculiaridade tropical dizendo que sempre experimentamos a decadência antes de chegarmos ao apogeu. Como não sou muito inclinado a acreditar nesses ciclos históricos irremediáveis, prefiro dizer que, no caso brasileiro, muitas das respostas à modernidade parecem emergir de um universo cultural frequentemente descartado como tradição.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry: "Modernidade e evolução", *Novos Estudos do Cebrap*, fevereiro de 1986, n° 14.
- BAUDRILLARD, Jean: *Le miroir de la production: où l'illusion critique du matérialisme historique*, Tournai, Casterman, 1973.
 _____: *Simulacres et simulation*, Paris, Galilé, 1981.
 _____: *A l'ombre des majorités silencieuses*, Paris, Denël, 1983.
- BENJAMIM, Walter: "Sobre alguns temas em Baudelaire", *Os Pensadores*, São Paulo, ed. Abril.
- BERMAN, Marshall: *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- COHN, Gabriel (org.): "Comunicação, Opinião Pública e Poder", *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975, 2ª edição.
- CONNOR, Steven: *Postmodernist culture, an introduction to theories of the contemporary*, Oxford, Basil Blackwell, 1989.
- GEERTZ, Clifford: *Works and Lives, the anthropologist as author*, California, Stanford University Press, 1988.
- HABERMAS, Jürgen: *L'espace public*, Paris, Payot, 1978.
 _____: *Legitimation crisis*, Boston, Beacon Press, 1975.
 _____: *Para a reconstrução do materialismo histórico*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
 _____: "Técnica e Ciência enquanto ideologia", *Os Pensadores*, São Paulo, Ed. Abril, 1975.
 _____: "A nova intranparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas", *Novos Estudos CEBRAP*, setembro 1987, n° 18.
 _____: *Mudança estrutural da esfera pública*, RJ, Tempo Brasileiro, 1984.
 _____: *The theory of communication action*, Boston, Beacon Press, 1984.
- HORKHEIMER, Max e Adorno, Theodor: *Dialética del Iluminismo*, Buenos Aires, Sur, 1972.
- HUYSEN, Andreas: "Guia del Post Modernismo", *New German Critique*, n° 33, 1984.
- JAMESON, Frederic: "Postmodernism and Consumer Society", *Postmodern Culture*, London, Hal Foster ed., 1985.
- LASCH, Christopher: *O mínimo eu. Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*, São Paulo, Brasiliense, 1969.

LYOTARD, Jean-François: *Le postmoderne expliqué aux enfants*, (Correspondance 1982-1985), Paris, Ed. Galilé, 1986.

_____ : *La condition postmoderne*, Paris, Les Éditions Minuit, 1979.

MARCUS, George & Clifford, James: *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1986;
 _____ & Michael Fischer: *Anthropology as cultural critique, an experimental moment in the Human Sciences*, Chicago, University of Chicago Press, 1986.

MARCUSE, Herbert: "L'idée de progrès à la lumière de la psychanalyse", *Freudo-marxisme et sociologie de l'aliénation*, Paris, Anthropos.

_____ : "Técnica e Ciência enquanto Ideologia", *col. Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1974.

MONTERO, Paula & Della Cava, Ralph: *...E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil, 1962-1989*, Petrópolis, Vozes, 1991.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de: "A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da Antropologia", *Pós-Modernidade*, Campinas, Unicamp, 1990, 3ª Ed.

ORTIZ, Renato: *A moderna tradição brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1989, 2ª ed.
 _____: *Cultura e Modernidade*, São Paulo, Brasiliense, 1991.

_____ : "Reflexões sobre a pós-modernidade: o exemplo da arquitetura", mimeo., 1992.

POLANYI, Karl: *A Grande Transformação*, RJ, Campus, 1980.

ROUANET, Sérgio Paulo e Freitag, Barbara: *Folha de São Paulo*, 1º de agosto de 1987, Folhetim n° 549.

_____ : *Habermas*, São Paulo, Atica, 1980.

SANTOS, Carlos James dos: *A hora de Deus: um estudo antropológico do imaginário religioso popular na baixada fluminense*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

SENNETT, Richard: *O declínio do Homem público*, São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau: "O enigma pós-moderno", *Pós-modernidade*, Campinas, Unicamp, 1990, 3ª edição.

SUBIRATS, Eduardo: *Da vanguarda ao pós-moderno*, São Paulo, Nobel, 1986

TOURAINE, Alain: *La société post-industrielle*, Paris, Denoël, 1966.

WALLERSTEIN, Immanuel: "Historical systems and complex systems", mimeo.